

PAÍS EM CHAMAS

Os danos em série provocados pelo fogo

Incêndios e queimadas causam transtornos à população e geram prejuízos na casa dos bilhões à agricultura e à pecuária

* RAPHAEL PATI

Além da tragédia de perda de vidas, os extremos climáticos no Brasil estão causando um prejuízo bilionário, em especial, ao agronegócio. As enchentes no Rio Grande do Sul e a seca na Região Norte já provocaram perdas de quase R\$ 6,7 bilhões ao setor, conforme levantamento do jornal *Valor Econômico*.

No Rio Grande do Sul, os prejuízos à agricultura e à pecuária foram de R\$ 5,4 bilhões. No Norte, a seca já provocou perdas de R\$ 1,3 bilhão.

Com a seca extrema, focos de incêndio estiveram presentes em maior escala na Amazônia e no Pantanal, desde o último domingo. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que, somente no fim de semana, foram contabilizados 4,4 mil pontos. Mais de 60% dos focos foram registrados no bioma amazônico.

O estado mais atingido foi o Pará, com 1.103 pontos. As unidades federativas de Mato Grosso (752), Amazonas (720), Minas Gerais e São Paulo (307) completam a lista dos mais impactados. Este é o pior período seco já enfrentado por mais da metade do país nos últimos 40 anos. O dado é do Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais (Cemaden), contabilizado a pedido do portal G1.

Segundo o órgão, das 27 unidades da Federação, 16 estados e o Distrito Federal enfrentam a pior estiagem já vista no período de maio a agosto desde a década de 1980.

Com a seca, incêndios e queimadas causaram transtornos à população. A presença massiva de fumaça tóxica em boa parte do país provocou mal-estar. Também por conta do céu carregado, houve fechamento de aeroportos em Goiânia e em Ribeirão Preto (SP). Na cidade paulista, um jogo da Série B do Brasileiro acabou adiado. Várias cidades do estado suspenderam as aulas na rede pública.

Em São Paulo, inclusive, o governador Tarcísio de Freitas calcula que os prejuízos com as queimadas vão ultrapassar a casa de R\$ 1 bilhão.

Para garantir proteção aos produtores rurais impactados pelo forte avanço das queimadas no último fim de semana, o Executivo

estadual, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, liberou R\$ 100 milhões ao Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap). O objetivo é ajudar os pequenos produtores que tiveram prejuízos com o incêndio de plantações, pastos e lavouras, além da morte de animais.

O fundo conta com 15 seguradoras credenciadas. As subvenções que serão concedidas aos agricultores e pecuaristas podem variar entre 25% e 30%, a depender da cultura praticada no local. A reserva controlada pela secretaria do governo paulista é usada para amenizar as perdas de produção causadas normalmente por secas, incêndios e outros fenômenos da natureza.

O limite de crédito a ser disponibilizado para os produtores rurais será estendido para R\$ 25 mil. Só poderá receber o valor quem foi afetado diretamente pelas queimadas ocorridas na região desde o último fim de semana.

"O que aconteceu tem um efeito devastador, muito triste, e nós vamos apoiar o agronegócio. Vamos avaliar os prejuízos juntos aos produtores e sindicatos rurais e entrar estendendo a mão, porque a gente sabe o quanto o agronegócio é fundamental para o estado de São Paulo", afirmou Tarcísio, em entrevista à Globo News.

O chefe do Executivo lamentou o impacto sobre a produção da cana de açúcar, um dos principais produtos comercializados no estado, por meio do açúcar e do etanol, e que deve sofrer perdas ainda maiores, devido ao período de cultivo.

Ação humana

A Defesa Civil do estado informou que 99,9% das queimadas foram ocasionadas por ação humana. De sábado até ontem, foram presas quatro pessoas suspeitas de provocar incêndios na vegetação.

Desde o fim de semana, um gabinete de crise foi instalado em Ribeirão Preto, no oeste do estado, para monitorar a situação dos incêndios que acometeram a região com mais força desde domingo. A cidade do interior paulista foi uma entre 45 que decretaram situação de emergência por 180 dias. Mesmo assim, o governo informou, ontem, que não há mais focos ativos de incêndio no estado.

Rafael Santos, produtor



Uellinton dos Santos morreu enquanto combatia incêndios florestais na Terra Indígena Capoto/Jarina, em São José do Xingu (MT)

Brigadista do DF é encontrado morto

O brigadista do Distrito Federal Uellinton Lopes dos Santos, de 39 anos, morreu enquanto combatia incêndios florestais na Terra Indígena Capoto/Jarina, em São José do Xingu, em Mato Grosso. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a morte. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) emitiram nota de pesar.

O corpo foi localizado ontem, a cerca de 1 km de uma linha de defesa contra o fogo. Uellinton pertencia ao quadro de brigadistas do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) do Ibama.

O brigadista foi contratado pelo PrevFogo, em 2024, e integrava a Brigada Pronto Empreço de Brasília. De 2021 até este ano, trabalhou como brigadista

do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em suas redes sociais, Uellinton publicava a rotina de seu trabalho e dizia que um de seus "maiores prazeres" era viver em contato com a natureza.

Nas redes sociais, Lula disse que a morte de Uellinton "nos causa grande tristeza e indignação". "Ele era um dos heróis que combatem os incêndios criminosos e irresponsáveis que acontecem em nosso país", enfatizou.

O presidente se disse solidário com os familiares, amigos e colegas de trabalho do brigadista. "O agradecimento do Brasil a ele e a todos os guerreiros dos órgãos federais, estaduais e municipais que estão combatendo as queimadas", finalizou.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama informaram que prestam "assistência, solidariedade e apoio à família do brigadista".



A morte do brigadista Uellinton Lopes dos Santos, enquanto combatia incêndios florestais no Mato Grosso, nos causa grande tristeza e indignação. Ele era um dos heróis que combatem os incêndios criminosos e irresponsáveis que acontecem em nosso país"

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

Aumento de penas

* EVANDRO ÉBOLI

A onda de incêndios criminosos registrados no país, no último fim de semana, levou deputados de diversos partidos a apresentar projetos que endureçam penas contra os responsáveis por essas ações. As propostas visam aumentar o tempo de cadeia para os que cometem deliberadamente esses crimes.

Os parlamentares argumentam ser necessário "aumentar as penas para aqueles que, de forma dolosa, destroem o meio ambiente em busca do lucro fácil e imediato que compromete o futuro" do país.

Autor de um dos projetos, Fernando Maranhoni (União-SP) propôs mudanças no Código Penal e na Lei de Crimes Ambientais. Para ele, quando o incêndio atingir mais de um município, a pena deve ser aumentada.

"Quando um incêndio abrange múltiplos municípios, os danos ambientais e sociais não se limitam a uma única localidade", disse na justificativa.

Autor de proposta na mesma linha, Juninho do Pneu (União-RJ) quer aumentar a pena para seis a 10 anos quando o crime for praticado intencionalmente.

"Os incêndios florestais provocados intencionalmente representam uma grave ameaça aos ecossistemas naturais, à fauna e à flora, além de contribuírem significativamente para as mudanças climáticas", argumentou. "As consequências desses incêndios vão além da destruição imediata de áreas verdes; eles afetam a qualidade do ar, a saúde das populações locais e a sustentabilidade dos recursos naturais."

Quatro outros parlamentares requerem aumento de pena para, também com a previsão de seis a 10 anos de prisão, em caso de crime doloso.

País tem de cortar emissões em 92% até 2035

DAREK REDOS



Estado diz que todos os países têm de reduzir, ao mesmo tempo, a emissão

* MARIA BEATRIZ GIUSTI

Estudo do Observatório do Clima apontou que o Brasil precisará cortar as emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 92% até 2035 para contribuir com o combate ao aquecimento global.

O percentual tem como base as emissões de 2005, quando o país emitiu 2,4 bilhões de toneladas líquidas de gás carbônico. A meta climática é limitar a emissão anual a 200 milhões de toneladas líquidas.

Segundo o instituto, hoje, as metas climáticas agregadas de todos os países não são suficientes para limitar o aquecimento em apenas 1,5°C. Mesmo se todas as medidas do Acordo de

Paris fossem cumpridas integralmente, o mundo ainda ficaria 3°C mais quente.

O Brasil é o sexto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. No ano que vem, o país receberá a 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas, a COP30.

Especialistas do Observatório demonstram preocupação em relação às medidas adotadas pelo governo federal, que avaliam ser pouco "compatíveis com o que a atmosfera necessita para evitar os piores impactos da crise climática".

"Colocamos essa proposta na mesa para estabelecer a barra de ambição e dizer ao governo, não apenas o que o país precisa fazer,

mas, principalmente, o que tem condições de entregar", diz David Tsai, coordenador do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima.

O estudo propõe o cumprimento de cinco pilares para alcançar a meta de limitar as emissões: redução do desmatamento a quase zero em todo o país — limitando a um máximo de 100 mil hectares por ano a partir de 2030 —, recuperação de 21 milhões de hectares de cobertura vegetal; expansão de práticas agropecuárias de baixa emissão; transição energética e melhor gestão de resíduos.

Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2